

Bolívia estatiza gás e militares ocupam instalação da Petrobras

Sergio Leo e Cláudia Schuffner
De La Paz e Houston

O presidente da Bolívia, Evo Morales, nacionalizou e ocupou militarmente as reservas, refinarias, dutos e operações de gás e petróleo do país. Morales aproveitou as comemorações do Dia do Trabalho para anunciar o decreto de nacionalização, no campo de San Antonio, explorado pela Petrobras, na região do Chaco boliviano.

Pelas regras anunciadas, os impostos

cobrados pelo Estado boliviano foram elevados de pouco mais de 50% para 82%; a estatal boliviana YFPB passará a deter o controle, com 51% das ações, das refinarias hoje em mãos de empresas como a Petrobras. Desde ontem, militares e técnicos da YFPB ocupam as instalações de empresas estrangeiras.

O anúncio de Morales abriu a maior crise política da história entre o país vizinho e o Brasil. Para discutir o assunto, reúnem-se hoje, às 11h30, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, e o ministro

das Minas e Energia, Silas Rondeau.

A decisão pode inviabilizar a continuidade da Petrobras na Bolívia, onde tem mais de US\$ 1 bilhão investidos. "Foi uma decisão meramente unilateral, tomada de forma inamistosa e que nos obriga a analisar com muito cuidado a situação na Bolívia", disse o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, durante visita à refinaria de Pasadena, no Texas (EUA). Gabrielli, que resolveu cancelar os compromissos nos Estados Unidos e antecipar a volta ao

Brasil para ontem mesmo, não descartou recurso a tribunais internacionais de arbitragem. "A Petrobras tomará todas as medidas legais necessárias para preservar seus direitos."

Na avaliação — oficiosa — de técnicos da empresa, o aumento para 82% da fatia cobrada pelo Estado sobre a produção das empresas torna anti-econômica a operação da Petrobras boliviana, e deve acionar o plano de contingência que vem sendo estudado pela estatal. **Página A9**

Energia Decreto do presidente Evo Morales pode inviabilizar atuação da Petrobras no país

Bolívia nacionaliza gás, ocupa instalações e eleva crise com Brasil

Sergio Leo
De La Paz

Uma semana após se dizer sem condições técnicas para nacionalizar rapidamente as reservas de gás e petróleo do país, o presidente da Bolívia, Evo Morales nacionalizou e ocupou militarmente reservas, refinarias, dutos e operações do setor. A decisão, segundo avaliação informal de executivos da Petrobras, inviabiliza a continuidade das operações da empresa brasileira, maior investidora estrangeira na Bolívia. O decreto de Morales surpreendeu até aliados e abriu a maior crise política da história recente entre o país e o Brasil.

Morales aproveitou a comemoração do 1º de maio para anunciar o decreto de nacionalização, num campo explorado pela Petrobras, o de San Antonio, no departamento (estado) boliviano de Tarija. Pelas regras anunciadas, os impostos cobrados pelo Estado foram elevados de pouco mais de 50% para 82%; a estatal boliviana YFPB, que será reestruturada, passará a deter o controle, com 51% das ações, das refinarias hoje em mãos de empresas como a Petrobras; e cargos de direção nas empresas do setor de gás e petróleo seriam transferidos a pessoas nomeadas pelo governo.

Não ficou claro se o governo pretende indenizar as empresas, mas sabe-se que o país atualmente não tem recursos para isso.

A decisão deve ter impacto no preço do gás e do petróleo.

A Petrobras opera na Bolívia por intermédio de sua filial na Holanda (que assinou com o país andino um acordo de proteção de investimentos). É esse acordo que pode ser invocado agora nos tribunais internacionais em defesa dos interesses da estatal brasileira. Na avaliação — oficiosa — de técnicos da empresa, o aumento para 82% da fatia cobrada pelo Estado sobre a produção de gás torna antieconômica a operação da Petrobras boliviana. Isso pode fazer com que seja acionado o plano de contingência que foi preparado pela estatal.

O gás representa pouco menos

Quem tinha o gás na Bolívia

Reservas comprovadas e prováveis

	Trilhões de pés cúbicos	% do total
Andina	13,958	26,5%
Petrobras Bolívia	7,915	15,1%
BG Bolívia	7,512	14,3%
Total Bolívia	6,58	12,6%
Repsol YPF	5,158	9,9%
PAE	3,355	6,4%
Mobil	2,650	5,1%
Chaco	2,466	4,7%
Vintage Petroleum	0,999	1,9%
Pluspetrol	0,953	1,8%
Petrobras Energia	0,715	1,4%

Fonte: Câmara de Hidrocarbonetos da Bolívia

de 10% da matriz energética brasileira, e o produto importado pelo gasoduto Brasil-Bolívia corresponde a metade desse total. Em caso de impasse nas negociações para reverter ou minimizar as decisões de Morales, a estatal poderia passar a importar por navio o gás liquefeito e convertê-lo ao estado gasoso em fábricas a serem construídas no Brasil. O aumento do imposto sobre a operação da Petrobras equivale ao custo de construção de duas dessas fábricas, segundo especialistas da estatal. A ter 49% de participação no negócio, a Petrobras prefere vender tudo à YFPB.

Passarão à YFPB as decisões sobre quantidades, volumes, preços e destino das vendas de produtos de gás e petróleo, comemorou o vice-presidente, Álvaro Linera, em discurso na praça em frente ao Palácio do Governo, tomada por centenas de manifestantes, com roupas típicas, alguns mascando folhas de coca, que ouviram por altofalantes a transmissão do discurso de Morales, muito aplaudido.

“Com o decreto, o Estado passa a controlar a direção, a produção, o transporte, a armazenagem, a distribuição, a comercialização e a industrialização dos hidrocarbonetos”, resumiu Morales, ao lado do ministro do setor, Andrés Soliz Rada, que, em abril, fez duras críticas ao “mercantilismo” do Brasil.

Em seguida, por ordem de Morales, militares ocuparam instalações industriais e campos de gás,

incluindo as duas refinarias da Petrobras. Bloquearam a entrada e fizeram revistas para impedir a retirada de documentos. O presidente, com ministros, foi pessoalmente garantir a ocupação das instalações em outras duas cidades.

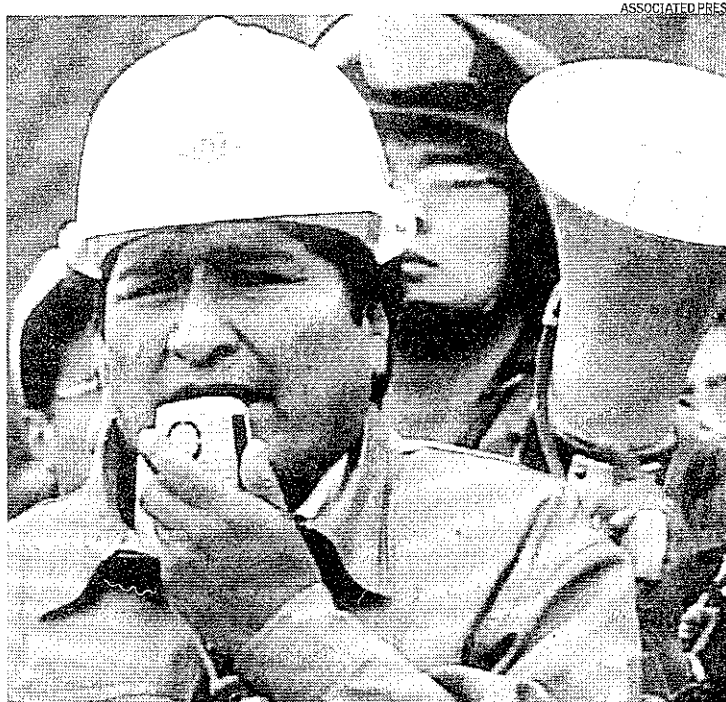
Embora especialistas locais, como o analista político Raul Prada, vejam a decisão como um confisco, autoridades bolivianas insistem que a medida é uma nacionalização “negociada”, em que discutirão condições de transferência de propriedade com as empresas nos próximos seis meses. Morales anunciou, porém, que pretende fazer respeitar “à força”, se necessário, as disposições do decreto.

“Ao final [do prazo de 180 dias], as companhias que não firmarem contratos não poderão continuar operando no país”, ameaçou Morales. Para garantir a continuidade da produção, o Ministério de Hidrocarbonetos passará a controlar os campos de gás e petróleo das empresas que se negarem a acatar o decreto. Num sinal das pressões políticas que levaram Morales à decisão, opositoristas criticaram o decreto como uma “nacionalização pela metade”, por permitir a continuidade de empresas estrangeiras como sócias do governo.

“Não pedimos permissão a ninguém, não negociamos com ninguém, essa é uma decisão soberana, absoluta, da pátria e da nação”, celebrou o vice Linera, num discurso inflamado, em que repetiu seis vezes a palavra pátria. Ele convocou os bolivianos a defender com a própria vida a nacionalização.

O governo não quer a saída da Petrobras, mas, caso aconteça, espera poder substituí-la por investidores da Venezuela ou da China, disse ao Valor o coordenador do Estado Maior do Povo (uma coalizão de movimentos populares de apoio ao governo), Hugo Moldiz.

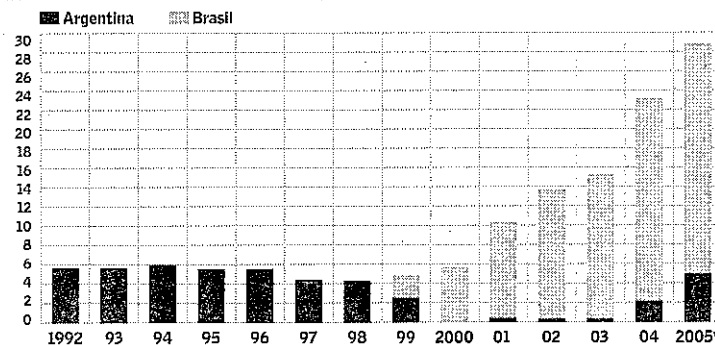
O governo da Espanha manifestou sua “mais profunda preocupação” com a medida, que afeta a espanhola Repsol. Em nota, pede que haja “autêntica negociação e diálogo” entre governo e empresas. (Com agências internacionais)



O presidente Evo Morales anuncia nacionalização em campo da Petrobras

Exportações de gás da Bolívia

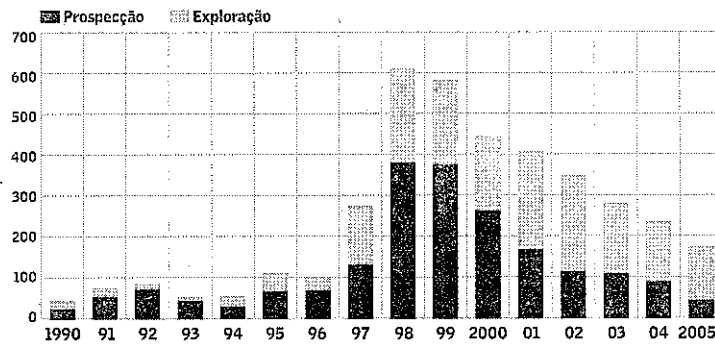
Em milhões de m³ por dia (média anual)



Fonte: Câmara de Hidrocarbonetos da Bolívia. * Provisório

Investimentos em queda

No setor de gás boliviano (em US\$ milhões)



Fonte: Câmara de Hidrocarbonetos da Bolívia. * Provisório

Lula convoca ministros

De Brasília

O Itamaraty informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou uma reunião para as 11h30 de hoje que tratará da decisão da Bolívia de nacionalizar o petróleo e gás, com a presença do ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau, o ministro interino das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães; e o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli.

"O assunto está sendo conduzido com a natural seriedade e outros comentários dependerão dos resultados dessa reunião", informou o Itamaraty. O ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, antecipou de quarta para hoje sua volta de Genebra. Ele participava de reuniões relacionadas à Organização Mundial do Comércio. (A.R.)

Petrobras endurece e pode ir à Justiça

Cláudia Schuffner
De Houston

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, criticou a decisão do governo da Bolívia de nacionalizar as reservas de gás. "Foi uma decisão meramente unilateral, tomada de forma inamistosa e que nos obriga a analisar com muito cuidado a situação na Bolívia", disse Gabrielli, em entrevista a jornalistas durante visita à refinaria de Pasadena, no Texas (EUA). Ele não descartou a busca de medidas judiciais, inclusive denunciar a Bolívia em tribunais internacionais de arbitragem. "A Petrobras tomará todas as medidas legais necessárias para preservar seus direitos."

Mais cedo, quando a empresa ainda aguardava informações, o diretor de Abastecimento, Paulo Roberto Costa, foi sarcástico ao comentar as notícias que chegavam da Bolívia. "Hoje [ontem] é 1º de

maio e ele [Morales] teve que fazer uma festa. E ele fez uma festa."

A maior preocupação da Petrobras agora é garantir o fornecimento de gás ao mercado brasileiro, o fornecimento de combustíveis aos consumidores bolivianos e a continuidade operacional de instalações naquele país. "A presença de tropas em nossas áreas de operação traz preocupação e leva a uma atenção especial para evitar qualquer impacto no processo produtivo", disse Gabrielli.

Como as notícias chegaram devagar e de forma imprecisa, ontem Gabrielli ainda não conseguia responder a uma série de perguntas sobre a decisão do governo boliviano. Entre os "detalhes" citados pelo executivo que precisavam ser melhor explicados está a definição exata do termo nacionalizar. "Se nacionaliza, vai ter algum pagamento? Como fica o problema contratual? Nacionalizar significa

que vai comprar a nossa parte [nos ativos]? Vai pagar ou vai tomar?", disse o presidente da Petrobras.

O que também não ficou claro é o que vai acontecer daqui para a frente. O que decreto presidencial quer dizer quando menciona a nomeação de interventores e síndicos? O governo diz ainda que vai tomar o controle das instalações de transporte, refino e produção, armazenagem e distribuição. "Isso significa que eles vão operar?", questionou Gabrielli, lembrando que o contrato de venda com o Brasil vai até 2019. "O estado boliviano não tem pessoal para isso", completou o diretor da área internacional, Nestor Cerveró.

A interpretação da Petrobras é que a medida atingiria todas as suas instalações na Bolívia, mas sem efeito sobre o Gasoduto Bolívia Brasil (Gasbol), cuja maior trecho está no Brasil. "Em uma primeira leitura, o que se vê é uma si-

tuação que exigirá uma ação nosa, de reação, a essa medida", resumiu o presidente da estatal.

Gabrielli recebeu as primeiras notícias sobre a Bolívia pouco antes do 12h (horário de Houston), por telefone, de executivos da Petrobras. Para dificultar uma posição oficial havia a distância entre figuras-chave do poder no Brasil. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, estava em Nova York, Gabrielli em Houston, e o presidente Lula em Brasília. Inicialmente, Gabrielli evitou comentar o assunto dizendo que antes precisaria ler o decreto, que estava sendo enviado da Bolívia para Houston. Mais tarde, a fisionomia já demonstrava preocupação e certa irritação. Ele tinha chegado por volta de 6h da manhã a Houston e, no meio da tarde, decidiu voltar ao Brasil, junto com o diretor internacional, cancelando compromissos nos EUA. *A repórter viajou a convite da Petrobras*

Morales evita brasileiros e se aproxima de Chávez

De La Paz

A decisão de nacionalizar as propriedades do setor de gás e petróleo na Bolívia pegou o governo brasileiro de surpresa e provocou irritação, no momento em que já se traçava no Palácio do Planalto uma estratégia para cobrar do presidente boliviano, Evo Morales, o fim de hostilidades contra os interesses brasileiros no país.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve tentar um contato telefônico com Morales, hoje, após consultar o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e o as-

essor internacional, Marco Aurélio Garcia. Na semana passada, o secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, tentou, sem sucesso, ser recebido por Morales ou seus ministros próximos.

Enquanto evita os representantes brasileiros, Morales aproxima-se cada vez mais do presidente da Venezuela, Hugo Chávez. No sábado, viajou a Cuba com ele, para firmar com o presidente cubano, Fidel Castro, um "tratado de comércio dos povos" — alternativa aos acordos dos EUA com países da região. O tratado prevê investimentos venezuelanos na Bolívia, ajuda

médica cubana e o compromisso de Chávez de aumentar as compras de soja boliviana.

No anúncio da nacionalização do petróleo boliviano, Morales citou os operários bolivianos da Petrobras, a quem pediu ajuda para operar as instalações que a empresa será obrigada a transferir para o controle estatal na Bolívia.

O discurso permitiu a Morales responder a críticas da imprensa local sobre a falta de resultados de seus cem dias de governo, completados hoje. Nas comemorações do 1º de maio, estavam previstos anúncios restritos à legislação tra-

balhista, como um decreto que garantirá estabilidade no emprego e aumento de 20% para o salário mínimo (de pouco mais de US\$ 10,00), muito abaixo dos 100% defendidos pelos sindicatos).

Minutos após o anúncio da nacionalização, a TV estatal divulgou propaganda com o hino nacional e slogans como "Bolívia muda, Evo cumpre". Em seu discurso, Morales também fez questão de citar a eleição para a Assembléia Constituinte, em 2 de julho. Ele tenta obter a maioria, mas um jornal local já indica queda de sua popularidade, de 80% para 68%.(S.L.)

Medida deve encarecer combustível no Brasil

Heloisa Magalhães

Do Rio

Como São Paulo e Estados do Sul e do Centro-Oeste são dependentes do gás boliviano, analistas acreditam que a decisão do presidente da Bolívia, Evo Morales, de nacionalizar reservas, exploração e produção de petróleo e gás afeta mais o Brasil como país do que a Petrobras, que investiu no vizinho de US\$ 1,5 bilhão a US\$ 2 bilhões.

Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE), lembra que 51% do gás consumido no Brasil vem da Bolívia, sendo que no caso de São Paulo o percentual atinge 71% — um ponto a mais que no gaúcho. Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná são 100% dependentes. “Pelos próximos seis a sete anos, o Brasil não pode prescindir do gás boliviano. A dependência vai durar até 2009/2010 quando o gás da Bacia de Santos começa a ser distribuído”, disse.

Para Pires, a decisão boliviana ainda não está completamente clara, mas deverá afetar os preços do combustível. Já houve aumentos em setembro e novembro do ano passado e em abril. Ele lembrou que a Petrobras perde pois já investiu em duas refinarias em dois campos e no transporte do gás, mas que se trata de uma gigante com negócios diversificados. Por isso, opinou, a questão central, agora, é entre os governos.

Segundo o secretário de Energia, Indústria Naval e Petróleo do Rio, Wagner Victor, “expropriar ativos é uma agressão”, e que a nacionalização era mais do que esperada. Para ele, o Brasil não se preparou e não desenvolveu uma solução técnica para enfrentar um eventual corte boliviano. O secretário classifica o gasoduto pensando em parceria com Venezuela e Argentina como um “devaneio”.

“As plantas de desgaseificação de GNL [gás natural liquefeito] poderiam ser uma solução para o Brasil importar gás de outros países. É caro, mas não ficaríamos tão dependentes da Bolívia. Agora, o cenário é da formiga [Bolívia] comandando o elefante [Brasil]”.

Adriano Pires, por sua vez, afirmou que já há carência de gás para as necessidades brasileiras e que hoje, na prática, o Brasil já vive uma espécie de racionamento. O governo cortou 50% do fornecimento de refinarias da Petrobras no Sul e no Sudeste após o rompimento de um tubo do gasoduto Brasil-Bolívia, há quinze dias.

Para o presidente da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado, Romero de Oliveira e Silva, Morales quer definir uma postura para seu país e não está agindo deliberadamente contra Petrobras ou Brasil. Por isso, defende que Brasília também estabeleça sua posição no tabuleiro.

Ele não vê perspectiva de rompimento da distribuição de gás, mas diz que o Brasil deve aproveitar para fazer uma reflexão profunda em relação a seu planejamento energético. O Brasil produz 40 milhões de metros cúbicos de gás por dia, mas só 25 milhões para consumo final — o resto a Petrobras usa em suas instalações. Vem da Bolívia entre 20 a 25 milhões metros cúbicos dia.